

O dever do Congresso

Mais uma vez o Congresso se esquia de cumprir os seus deveres para com o País, ao adiar a votação da Medida Provisória que institui a Unidade Real de Valor. Por causa de manobra obstrucionista seguida de tumulto, a sessão convocada para apreciar a matéria foi suspensa sem deliberação. Duas oportunidades de votação já foram malbaratadas desde a semana passada, com a agravante de que a atual Medida Provisória é a terceira editada pelo Executivo desde o anúncio do Plano Real.

Movimentam-se na linha de contrariedade ao esforço estabilizador patrocinado pelo governo os interesses postos em jogo com a abertura da sucessão presidencial. Há conspiração de larga escala para frustrar o programa econômico, não por considerá-lo ineficaz ou prejudicial à Nação, mas para arredar de cena qualquer expectativa de êxito da candidatura Fernando Henrique Cardoso. As ambições pela conquista do poder desconsideram a situação do Brasil, exposto a um processo delirante de corrosão inflacionária e às suas consequências nefastas para a organização racional do sistema econômico.

É fato que o Plano Real está ligado de forma umbilical a iniciativa política do candidato do PSDB ao Planalto. Todavia, é o único de que se dispõe, aquele já em franco processo de assimilação pela sociedade e internado na consciência do mundo empresarial. Assim, é algo que paira acima da utopia econômica e, muito mais ainda, da volúpia utilitarista, de regra presente na sucessão presidencial. Com a inflação já atirada à casa dos 50%

ao mês, urge a adoção de qualquer instrumento de política econômica apto a reverter o quadro assustador. Em outras palavras, a decisão de buscar relações equilibradas no universo econômico contém os elementos estruturais para promover a estabilidade política, da qual depende a própria sucessão. E semelhante pressuposto não enquadra dentro do realismo político as intenções subalternas de subverter a ordem econômica para pescar vantagens eleitorais nas águas do caos.

Todavia, é preciso dizer com todas as letras que o senador Fernando Henrique Cardoso, ao lembrar a toda hora, por vias implícitas, a paternidade do plano, contribui para despertar reações políticas de sentido eleitoreiro. Reações, é inevitável o registro, que tomam corpo e ação à esquerda, sobretudo nos espaços xiitas da candidatura Lula, como o espocar de greves em todo o País e a incitação a reivindicações contundentes de grupos marginalizados — os lavradores sem terra, por exemplo. Para tanto, o PT conta com o braço sindical da CUT e das entidades filiadas, os quais se encarregam de vender aos trabalhadores a idéia de que o programa econômico condene-os a salários infames e ao desemprego.

Esta é a visão da realidade. O Congresso, contudo, relaciona-se com a base social numa ordem superior de compromissos, acima de tudo o de situar-se na tangente do interesse nacional, a distância de qualquer outra conveniência. E o Plano Real figura, sem dúvida, no âmbito desses interesses. O contrário disso é a traição ao Brasil.